

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR

RICARDO JANOARIO

Professor Adjunto do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

RODRIGO ROSSO

Professor Surdo. Pedagogo em Educação Especial. Professor em Educação de Surdos. Professor de Língua de Sinais. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



APRESENTAÇÃO

O GT 07 – A Educação de surdos no ensino superior – teve como principal objetivo discutir questões do Ensino Superior para surdos no século XXI, tendo como tópicos de discussão: formação de professores bilíngues, formação continuada de profissionais (professores, intérpretes, técnicos), metodologias de ensino para surdos, novas tecnologias educacionais, políticas públicas para educação de surdos e os desafios e dificuldades relacionadas à igualdade de condições no ingresso e na permanência de estudantes no Ensino Superior. Tal discussão teve como base o texto da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação, – 1998, da Conferência Mundial sobre Educação Superior, estabelecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A relevância do GT se pautou na preocupação com a formação e o desenvolvimento político-científico-pedagógico de profissionais da educação.

O GT 7 teve como público-alvo professores e alu-

nos surdos e ouvintes interessados em debater a temática do Ensino Superior para surdos. No primeiro dia, foram apresentados dados do Censo IBGE (2010) com o quantitativo da população com deficiência e a comparação dos tipos de deficiência no Brasil, seguidos de estatísticas da Organização

“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS E OS DESAFIOS E DIFICULDADES RELACIONADAS À IGUALDADE DE CONDIÇÕES NO INGRESSO E NA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR.”

Mundial de Saúde (2011), da Sociedade Brasileira de Otologia e da American Academic Audiology. Além desses dados, foi exposto o quantitativo sobre os estudantes surdos presentes no Ensino Superior brasileiro num intervalo de 2002-2009 (MEC/INEP). Após a breve explanação dos coordenadores, as atividades tiveram a seguinte sequên-

cia: formação de duplas, seguida da discussão do texto selecionado, do levantamento de tópicos importantes, da entrega da produção das duplas e de suas respectivas considerações finais.

No segundo dia, a organização se deu pela apresentação dos tópicos levantados no dia anterior, discussão dos tópicos em grupos de 3 componentes, elaboração da justificativa do tópico selecionado pelos trios e apresentação dos tópicos ao grupo. Coube aos coordenadores analisar os textos produzidos pelos participantes e compilar os principais tópicos elencados.

No terceiro dia, os coordenadores apresentaram os temas escolhidos, seguidos de análises debatidas e organizadas pelo grupo, além da composição do relatório final do GT. O relatório teve como objetivos despertar a preocupação com a formação de profissionais envolvidos com a educação de surdos, desenvolver debates político-científico-pedagógicos sobre o Ensino Superior, discutir a qualidade da educação de sujeitos surdos e estimular o debate sobre educação bilíngue no Ensino Superior.

**“DE FATO,
PERCEBEMOS
QUE O GRUPO
FOI**

**PROTAGONISTA
DO PROCESSO,
DISCUTINDO A
METODOLOGIA
PROPOSTA, CUJA
TAREFA SE FEZ
PELO PRÓPRIO
PROCESSO. A
FUNÇÃO DOS
COORDENADORE
S FOI A DE
AUXILIAR NO
DESENVOLVIMEN-
TO DO GRUPO
ENQUANTO
UNIDADE.”**

ARTICULAÇÕES

Fazer parte do GT 7 e debater sobre o Ensino Superior para surdos significou levar para o centro das discussões a necessidade de se pensar quais têm sido as propostas e alternativas de qualidade de ensino no âmbito da educação superior. Debater temas de grande relevância com um gru-

po de pessoas de diferentes Estados proporcionou a análise de múltiplas realidades que estão geograficamente distribuídas nos diferentes estados brasileiros. O tema da educação de surdos no Ensino Superior despertou no grupo a capacidade de solução de problemas, a interação entre Libras e Língua Portuguesa, a comunicabilidade entre os participantes, ao interagirem para um tema comum que requer responsabilidade social de uma maneira geral da sociedade e, especificamente, do Instituto Nacional de Educação de Surdos enquanto órgão singular do Ministério da Educação.

De fato, percebemos que o grupo foi protagonista do processo, discutindo a metodologia proposta, cuja tarefa se fez pelo próprio processo. A função dos coordenadores foi a de auxiliar no desenvolvimento do grupo enquanto unidade. O destaque do GT 7 se deu na utilização de duas línguas como instrumento intensificador da produção de conhecimento construída na coletividade, a partir do avanço das etapas sugeridas. Vale ressaltar as atitudes dos participantes no co-

letivo, sem deixar de considerar que cada sujeito, surdo ou ouvinte, traz consigo uma “bagagem” de experiências singulares e genuínas. O GT 7 mostrou-se como um lugar dinâmico de troca de ideias e propostas para o Ensino Superior com pessoas surdas, além de contribuir significativamente para construção do relatório final

Algumas dificuldades podem ser tecidas, como por exemplo: ausência de um acompanhamento sistemático ao grupo, tendo em vista a celeridade do tempo na produção de um relatório final. Além disso, a ausência in loco da avaliação do trabalho realizado, pois, muitas vezes, tivemos que interromper as reflexões sobre uma determinada ideia e conseqüentemente o impacto desta junto aos autores do processo. É importante destacar que no trabalho de grupo deve-se evitar a prática que se esgota em si e priorizar a verdadeira práxis. Ao interagir com o grupo, pode-se perceber as contradições, os conflitos, desafios e as tensões que englobam o Ensino Superior para surdos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CONTRIBUIÇÕES

As contribuições do GT7 estão agrupadas em 6 grandes blocos, os quais foram temas de destaque durante os três dias de debate no XIV Congresso Internacional do Instituto Nacional de Educação de Surdos / XX Seminário Nacional do INES: experiências surdas políticas e práticas. Tais temas trouxeram para a prática profissional a possibilidade de se repensar a prática docente com alunos surdos. Além disso, as temáticas elencadas são

**DEVENDO-SE
FACILITAR O
ACESSO NO
SENTIDO DE
VALORIZAR AS
EXPERIÊNCIAS E
TALENTOS
INDIVIDUAL E
COLETIVAMENTE
DO SUJEITO
SURDO,
RECONHECENDO-
O ENQUANTO
MINORIA
LINGUÍSTICA.**

importantes no que diz respeito aos saberes pertinentes à formação do sujeito (surdo) no Ensino Superior. Portanto, os temas apresentados a seguir poderão servir de base para o desenvolvimento institucional que se propõe a ofertar o Ensino Superior com alunos surdos.

1. ACESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR

De acordo com a Declaração Mundial sobre educação de surdos no século XXI: Visão e Ação 1998, para grupos específicos, há necessidade de flexibilidade no acesso ao Ensino Superior, devendo-se facilitar o acesso no sentido de valorizar as experiências e talentos individual e coletivamente do sujeito surdo, reconhecendo-o enquanto minoria linguística. Observamos o ingresso de surdos no Ensino Superior efetivamente nos cursos bilíngues (Letras/Libras e Pedagogia Bilíngue) com vestibulares em Libras, garantindo a especificidade

linguística. Para tal tema, o grupo ressaltou alguns pontos relevantes tais como: falta de uma metodologia adequada para o ensino a alunos surdos, possibilidade de se aperfeiçoar a didática, discussão mais intensificada da cultura surda, monitoria para surdos, atendimento pedagógico individual: flexibilidade no acesso, representatividade do surdo e nivelamento em LP.

No que tange à permanência, encontra-se também a falta de recursos didáticos específicos para boa compreensão dos conteúdos e, conseqüentemente, de profissionais com formação adequada e continuada para o bom exercício. Soma-se a isso a importância do apoio constante para a formação, valorização e capacitação para os intérpretes (TILS) já ingressos nas universidades e a viabilização de novos concursos para a categoria de nível E. Portanto, não é suficiente a flexibilização do curso no acesso, mas a criação de recursos/ações de permanência e conclusão do curso, de modo que o aluno se desenvolva de forma plena, alcançando os objetivos propostos para a formação de nível superior.

2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES BILÍNGUES

Quando abordamos o tema formação de professores/as para atuação no Ensino Superior, é preciso considerar a existência de instituições bilíngues e de instituições que trabalhem com a inclusão. Foi diagnosticada pelo grupo a ausência de profissionais qualificados, o aumento de espaços de formação inicial e continuada, a partir da Lei Federal nº 10.436/02 e do Decreto nº 5.626/05, que regulamenta essa lei.

É necessária a formação (inicial e/ou continuada) de docentes em uma perspectiva bilíngue.

Compreende-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) ofereçam, cada vez mais, cursos diversos voltados para formação bilíngue para surdos e que estimulem seus docentes a buscarem, permanentemente, o aprendizado concernente às identidades surdas e ao aprendizado dos surdos/as. Temas como: formação continuada, ensino, pesquisa e extensão foram destaques nessa etapa.

3. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS (PROFESSORES, INTÉRPRETES, TÉCNICOS ETC.)

O grupo considerou, imprescindíveis nessa etapa, a formação continuada de professores e profissionais intérpretes para atualização e contato com as especificidades linguísticas e culturais da Língua de Sinais. Dessa

“(...) DESSA FORMA,

**CONSEGUE-SE
PENSAR E CRIAR
MATÉRIAS
DIDÁTICAS
APROPRIADAS PARA
LIDAR COM A
SUBJETIVIDADE E
CONCEITOS
ACADÊMICOS EM
SEGUNDA LÍNGUA.**

**TAMBÉM, GARANTIR
A MAIOR
PARTICIPAÇÃO
POSSÍVEL DESSES
PROFISSIONAIS EM
TODAS AS
ATIVIDADES DE
FORMAÇÃO, COM
DISPONIBILIZAÇÃO
DE VERBAS PARA
ESTE FIM.”**

forma, consegue-se pensar e criar matérias didáticas apropriadas para lidar com a subjetividade e conceitos acadêmicos em segunda língua. Também, garantir a maior participação possível desses profissionais em todas as atividades de formação, com disponibilização de verbas para este fim.

O grupo considerou, imprescindíveis nessa etapa, a formação continuada de professores e profissionais intérpretes para atualização e contato com as especificidades linguísticas e culturais da Língua de Sinais. Dessa forma, consegue-se pensar e criar matérias didáticas apropriadas para lidar com a subjetividade e conceitos acadêmicos em segunda língua. Também, garantir a maior participação possível desses profissionais em todas as atividades de formação, com disponibilização de verbas para este fim.

4. METODOLOGIAS DE ENSINOS DE SURDOS

Ficou explícito nas falas do grupo que ainda estamos nos adaptando a essa nova realidade, em que se

**“COMPREENDE-SE QUE AS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR (IES) OFEREÇAM,
CADA VEZ MAIS, CURSOS
DIVERSOS VOLTADOS PARA
FORMAÇÃO BILÍNGUE PARA
SURDOS E QUE ESTIMULEM
SEUS DOCENTES A
BUSCAREM,
PERMANENTEMENTE, O
APRENDIZADO
CONCERNENTE ÀS
IDENTIDADES SURDAS E AO
APRENDIZADO DOS
SURDOS/AS.”**

**A PROPOSTA É
UMA TROCA DE
EXPERIÊNCIA E
ATUALIZAÇÃO
DE NOVOS
SINAIS DA
LÍNGUA DE
SINAIS
BRASILEIRA.**

englobam novas metodologias de ensino para surdos. Assuntos que foram temas de destaque durante os debates do grupo: estratégias didáticas, adaptação de conteúdos, carga horária das disciplinas, investimento na formação, criação de materiais didáticos, recursos visuais, projetos interdisciplinares.

5. NOVAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Foi unânime a proposta de que o INES se responsabilize em desenvolver novas tecnologias para o ensi-

no de alunos surdos, a começar pela organização de sinais acadêmicos, focando as informações, e os conhecimentos específicos para que se criem glossários e, a partir de então, um site que permita o acesso para todos os Estados do Brasil e reagrupo os glossários das áreas dos conhecimentos específicos. A proposta é uma troca de experiência e atualização de novos sinais da Língua de Sinais Brasileira.

6. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS DO ENSINO SUPERIOR

Para tal discussão, o grupo levantou alguns pontos relevantes tais como: protagonismo surdo, utilização da Língua de Sinais, proteção social, garantia do atendimento, projetos de desenvolvimento de potencialidades, currículos bilíngues e representatividade de surdos em instância deliberativa. Tais temas permitiram despertar o debate de uma proposta de educação bilíngue, buscando o reconhecimento da surdez enquanto diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a educação superior brasileira, principalmente a pública, esteve limitada a uma pequena parcela da população. O ensino superior brasileiro continua um espaço não universalizado, cujo acesso está legalmente condicionado às capacidades acadêmicas individuais, ou seja, uma educação implicada em instigar o individualismo, estimular a competição, gratificar pela produtividade, reprimir pelos resultados não alcançados, possibilitando escolher os bem mais capacitados e adaptados ao meio acadêmico.

Contudo, entendemos a Educação como um trabalho social, cujo resultado depende do desenvolvimento social de um país, dos limites e possibilidades políticas e econômicas de determinada realidade. É um instrumento importante na contribuição, tanto na tarefa de desvelar ideologias, desmistificar falsas expectativas atribuídas a ela, quanto uma ferramenta que possibilita conhecer a realidade. É, portanto, uma prática marcada pelas lutas

estabelecidas entre as disputas por sobrevivência dos indivíduos em sociedade.

As instituições de Ensino Superior não parecem preparadas para enfrentar os desafios cotidianos, levando em consideração que as mudanças necessárias para sua forma de organização, funcionamento, contradições, antagonismos vividos pelo meio acadêmico não consistem em tarefas de simples resolução. Tal despreparo, mais do que conjuntural, aparenta ser estrutural, pois a ideia de instituição universitária está associada à rigidez funcional e organizacional, à relativa resistência às pres-

ões externas, enfim, à repulsa à mudança.

Diante dessa perspectiva, o GT7 se pautou na preocupação com a formação e o desenvolvimento político-científico-pedagógico de profissionais da educação superior voltados para a qualidade da educação de sujeitos surdos. Além disso, pretendeu estimular o debate sobre vários temas: qualidade da educação, educação bilíngue, novas tecnologias, língua, registro e conhecimento, gestão e o controle do Ensino Superior, gestor surdo, financiamento do ensino e da pesquisa, mercado de trabalho, professores surdos e o ensino

de Libras, responsabilidade das instituições, as condições de trabalho e os desafios e dificuldades relacionadas à igualdade de condições no ingresso e na permanência de estudantes surdos no Ensino Superior.

A proposta do GT 7 teve como objetivo iniciar a discussão que reconheça a igualdade de oportunidade da população surda no Ensino Superior, destacando o valor da diversidade linguística, cultural e social com intuito de dirimir a opressão sobre o sujeito surdo, abrindo-lhe possibilidades para seu empoderamento. ●

**PARA CONHECER
MAIS SOBRE A
EDUCAÇÃO A DISTANCIA
DO INES E O NÚCLEO DE
EDUCAÇÃO ONLINE**

ACESSE:

neo.ines.gov.br/neo/

